



CLIPPING ELETRÔNICO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

Recortes de notícias sobre educação

Merenda

Alimentação dos alunos garantida

(Diário Catarinense, Geral, pág. 20)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 24/02/2012



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/02/12
Assunto: Alimentação dos alunos garantida		Página: 20

MERENDA

Alimentação dos alunos garantida

Governo afirma que decisão judicial contra a terceirização não ameaça o serviço nas escolas

ÂNGELA BASTOS

Nos tribunais, pode ter "salgado", mas na fila, a merenda está garantida. É o que diz a Secretaria de Estado da Educação de SC, mesmo com a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região que anulou o edital da terceirização da merenda. A decisão não tem efeito imediato e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) irá recorrer.

O contrato de R\$ 120 milhões foi feito quando o senador Paulo Bauer era secretário de Educação. A assessoria de imprensa do senador informa que ele não se manifestará, "já que esta é uma questão a ser resolvida pela Secretaria do Estado da Educação e pela Procuradoria Geral do Estado (PGE)". A decisão leva em conta uma ação popular proposta pelo deputado federal Pedro Uczai (PT) em 2008, questionando a utilização indevida de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar na terceirização da merenda.

A PGE não havia decidido, ontem, se ingressaria com recurso no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou no TRF. O procura-

dor-geral João dos Passos Martins Neto explicou que o Estado ainda não foi intimado, que a decisão é extensa e alguns itens precisam ser esclarecidos. O procurador acredita que o fato de existirem duas notas fiscais (uma para o alimento e outra para o serviço) prova que o recurso do Programa Nacional foi corretamente utilizado.

O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, garante que o serviço continuará sendo mantido e que o governo se prepara para terminar com o processo da terceirização, independente da decisão do TRF.

O processo de licitação foi alvo de investigação do Ministério Público Federal de SC desde 2010, assim como na Polícia Federal, onde foi aberto inquérito para apurar suposta fraude na licitação. Foram alvo das investigações quatro empresas.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) pediu a regularização das merendeiras, contratadas até então pelas APPs. O então secretário Bauer defendia que a decisão foi adotar a terceirização integral – em que a compra dos alimentos e a operação da cozinha ficam a cargo de empresas contratadas – para que os diretores de escolas pudessem se concentrar nos assuntos de ensino.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/02/12
Assunto: Projeto piloto no segundo semestre		Página: 20

Projeto piloto no segundo semestre

São mil as escolas da rede pública estadual onde a merenda é terceirizada. Cerca de 400 mil estudantes são atendidos. Em novembro do ano passado, o governador Raimundo Colombo reforçou a ideia de implantar um modelo de autogestão da alimentação escolar, o qual já vem sendo executado em cerca de 250 colégios. A manifestação do governador ocorreu durante audiência com deputados estaduais, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), de conselhos de alimentação e cooperativas de agricultores.

Um grupo de trabalho formado por representantes de instituições públicas, entidades, Sinte e conselhos de alimentação vêm estudando um novo modelo de gestão, que incentivará a agricultura familiar.

O novo modelo está previsto para ser implantado como projeto piloto, a partir do segundo semestre deste ano. De acordo com o resultado, seriam feitos ajustes e a implantação gradual até atingir todas as escolas.

A ideia é adotar produtos tradicionais de cada região, o que contribuirá com o fomento da renda dos agricultores e produtores catarinenses.

O modelo misto pode ser a alternativa. O Estado adquire os produtos perecíveis da região, como frutas, hortaliças, leite, mel, carnes, frutos do mar. A comercialização dos não perecíveis poderá ser via secretarias regionais. Ainda não existe definição sobre por onde começará a implantação da autogestão, o que está sendo traçado em um mapeamento feito pelo grupo de trabalho.

Cronologia da polêmica

2008

- **É realizada** a licitação para terceirizar a merenda na rede pública de ensino de Santa Catarina. As vencedoras dos quatro lotes foram as empresas Coan, Nutriplus, Risotolândia e Convida.

2010

- **A terceirização** das merendas escolares começa, aos poucos, a ser implantada em Santa Catarina, entre fevereiro e agosto. Atinge aproximadamente 400 mil alunos em todo o Estado. A alteração aumentou o gasto do governo do Estado com alimentação escolar de R\$ 60 milhões, em 2009, para uma estimativa de R\$ 100 milhões, em 2011. Só não entraram no processo as escolas profissionalizantes e os estabelecimentos de ensino médio.

- **O Ministério** Público Federal abriu inquérito civil público contra uma suposta fraude na terceirização. A suspeita é de que as empresas teriam combinado para cada uma ganhar um lote.

- **A pedido** do Ministério Público, a Polícia Federal apura a possibilidade de improbidade administrativa ou crime.

2011

- **22 de julho** – O governador Raimundo Colombo anuncia que pretende dar fim ao sistema de terceirização da merenda no Estado. A medida terminará com o sistema que causou polêmica e gerou suspeitas e protestos das tradicionais merendeiras e também da comunidade.

- **1º de novembro** – O governador Raimundo Colombo reforça o compromisso de implantar um modelo de autogestão da alimentação escolar. O acordo ocorreu durante audiência com deputados estaduais, representantes do Sinte, de conselhos de alimentação e cooperativas de agricultores, no Centro Administrativo.

- **Em novembro** é criado um grupo de trabalho, formado por representantes de instituições públicas, entidades, Sinte e conselhos de alimentação, para estudar

um novo modelo para a gestão da merenda, que deve ser implantado como projeto piloto, ainda em 2012, em uma ou mais das 36 regionais do Estado.

- **21 de dezembro** - O governador reafirma, em entrevista exclusiva ao *Diário Catarinense*, que gosta do sistema de merenda comunitária, com merendeiras. Afirmou que "merenda não é negócio" e que a comissão formada com pessoas de diversos segmentos da comunidade está implantando esse modelo em algumas escolas. "Parte faremos dessa forma, e o restante, renovaremos o contrato com as empresas", disse.

2012

- **22 de fevereiro** – O edital de concorrência de terceirização da merenda é anulado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. Para o relator, o juiz federal João Pedro Gebran Neto, a Secretaria Estadual de Educação violou os "princípios da moralidade e da probidade administrativa". A decisão foi unânime.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/02/12
Assunto: Mais tempo para a educação		Página: 21

Mais tempo para a educação

A merenda terceirizada possibilita que a escola possa dedicar-se mais às atividades pedagógicas. A avaliação é do coordenador-geral do Instituto Estadual de Educação (IEE), a maior escola pública de Santa Catarina, com sede na Capital, Vendelino Santo Borguezon:

– Imagina como seria se tivéssemos que cuidar do preparo, pois com isso temos mais tempo para cuidar de outras atividades escolares – sugere.

No local, são servidas cerca de mil refeições por dia. A instituição atende a 5 mil alunos em três turnos. É grande o número de estudantes que não se beneficia do serviço. É o caso de Davi Roberto de Aguiar, de cinco anos.

– Sei que meu filho é meio ‘chatinho’ para a comida, e por isso prefiro

que traga lanche de casa – conta a mãe, Angela Aguiar.

Para garantir a qualidade na alimentação do filho, ela coloca frutas, sucos e biscoitos sem recheio na lancheira do menino todos os dias.

Na cantina do IEE, alguns cuidados são tomados: nada de fritura ou refrigerantes. Além de sanduíches, são priorizados assados e sucos.

Dentro de alguns dias, uma campanha nacional será deflagrada pelo governo federal. Haverá recomendações para o consumo mais saudável da

merenda, e todos os alunos serão pesados e medidos.

Os que apresentarem dados de risco – obesidade ou desnutrição – serão encaminhados ao posto de saúde para acompanhamento.



Vendelino

“

ANGELA AGUIAR

Mãe de aluno

Sei que meu filho é meio ‘chatinho’ para a comida, e por isso prefiro que traga lanche de casa.

VENDELINO BORGUEZON

Coordenador geral do IEE

Apesar de terceirizada, temos funcionários que acompanham o cardápio, e ele está de acordo com o que deve ser.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Estado	Data: 24/02/12
Assunto: Governo mantém as merendas		Página: 17

Escolas estaduais Governo mantém as merendas

Enquanto se prepara para pôr fim à terceirização, Estado garante as refeições

A Secretaria de Estado da Educação manterá a merenda fornecida por empresas às escolas estaduais, ainda que o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região tenha anulado, na quarta-feira, o edital que terceirizou o serviço. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) avalia que a decisão não tem efeito imediato e deve recorrer dela.

O contrato de R\$ 120 milhões foi feito quando o hoje senador Paulo Bauer (PSDB) era secretário de Educação. A assessoria de imprensa do senador informou ontem que ele não se manifestará porque a questão deve ser resolvida pela secretaria e pela PGE.

A ação popular foi proposta pelo deputado federal Pedro Uczai (PT), em 2008, que questionou a utilização indevida de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e do Programa Nacional de Alimentação Escolar na terceirização da merenda, do governo federal.

A PGE não havia decidido, ontem, se ingressaria com recurso no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou mesmo no TRF. O procurador-geral João dos Passos Martins Neto disse que o Estado ainda não fora intimado, que a decisão é extensa e alguns itens precisam ser esclarecidos.

O procurador avalia que o fato de existirem duas notas fiscais (uma para o alimento e outra para o serviço) provam que o recurso do programa foi usado corretamente. O atual secretário de Educação, Eduardo Deschamps, garante que o governo se prepara para pôr fim à terceirização. “Os pais podem ficar tranquilos”, declarou.

A licitação foi alvo de investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal (veja quadro). Na época, devido a protestos de associações de pais e professores, o Tribunal de Contas do Estado pediu a regularização das merendeiras, contratadas pelas APPs. Mas Bauer defendia que a decisão foi adotar a terceirização integral – da compra de alimentos à operação das cozinhas.

HISTÓRICO DA LICITAÇÃO

2008

- É licitado o serviço de merenda para as escolas estaduais. Vencedoras dos quatro lotes: Coan, Nutriplus, Risotolândia e Convida.

2010

- A mudança é implantada de fevereiro a agosto, para 500 mil alunos (exceto ensino médio e profissionalizante). Assim, subiu a conta da alimentação escolar de R\$ 60 milhões, em 2009, para R\$ 100 milhões em 2011.

- O MPF abriu inquérito civil público para apurar a suspeita de que as empresas teriam combinado

para cada uma ganhar um lote. A PF investiga os indícios de improbidade administrativa.

2011

- Em 21/11, o governador Colombo reafirma gostar do sistema de merenda comunitária, com merendeiras. Afirmou que uma comissão está implantando o modelo em algumas escolas. Nas outras, o contrato seria renovado.

- É criado um grupo de trabalho (representantes de instituições públicas, entidades, Sinte e conselhos de alimentação) para estudar um novo modelo de

gestão, incentivando à agricultura familiar. A previsão é começar os testes em 2012, em uma ou mais das 36 regionais do Estado.

- Em 22/7, o governador anuncia que quer dar fim à polêmica terceirização da merenda, que gerou suspeitas e protestos de merendeiras e da comunidade.

2012

- O edital é anulado em 22/2 pelo TRF da 4ª Região, em decisão unânime. Para o relator João Gebran Neto, a Educação estadual violou os “princípios da moralidade e da probidade administrativa”.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 24/02/12
Assunto: Estado decide entrar com recurso		Página: 07

MERENDA

Estado decide entrar com recurso

FLORIANÓPOLIS — O Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região, com sede em Porto Alegre, anulou o edital de concorrência que terceirizava a merenda escolar em Santa Catarina. O edital 026 é de 2008. O Estado ainda não foi notificado oficialmente e nem tem conhecimento do teor porque não saiu no Diário Oficial do TRF. A Procuradoria Geral do Estado espe-

ra ser notificada para estudar o caso e recorrer. O recurso tanto pode ser no TRF, com embargo da declaração, ou no STF.

A Secretaria de Estado da Educação divulgou nota, ontem, informando que a Procuradoria Geral do Estado analisa a decisão que anula a terceirização da merenda. “Estão sendo mantidos os serviços de merenda escolar”, tranquiliza o secretário-

adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. Atualmente, cerca de 400 mil estudantes das escolas da rede pública estadual são beneficiados com os alimentos.

Segundo Deschamps, a partir da análise da Procuradoria, a secretaria tomará medidas e as repassará aos gestores das 1.308 escolas da rede. Em mil escolas vigora o modelo descentralizado; e em 250, a autogestão.

Governo estuda modelo de autogestão da alimentação escolar

A anulação do edital foi pedida em ação proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT), que questiona o uso de recursos do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), na terceirização da merenda com um custo estimado em R\$ 120 milhões. Para o relator da ação, João Pedro Gebran Neto, a Secretaria de Educação violou os “princípios da moralidade e

da probidade administrativa”.

Para Uczai, a decisão só confirma as irregularidades que foram denunciadas em 2008. Em 2008, ele era deputado estadual. Hoje é deputado federal.

No atual modelo de terceirização, as empresas contratadas trabalham com duas notas fiscais: uma para justificar o serviço e outra para comprovar a compra da alimentação. Pelo entendimento da Procuradoria

Geral do Estado, o edital que terceirou a merenda é legal.

No dia 1º de novembro de 2011, o governador Raimundo Colombo reforçou o compromisso de implantar um modelo de autogestão da alimentação escolar. O acordo ocorreu durante audiência com deputados estaduais, representantes do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação), de conselhos de alimentação e cooperativas de agricultores.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 24/02/12
Assunto: Aulas de arte e de entender o mundo		Página: 8

Educação

Aulas de arte e de entender o mundo

Professora usa obras para fazer reflexões sobre assuntos do cotidiano dos alunos

O que uma obra do artista Amandos Sell pode falar sobre Joinville? Será que ela reflete a realidade do município? O que podemos fazer para transformar Joinville numa cidade melhor? Essas questões bem que poderiam ser debatidas em uma aula de história. Mas que nada. Elas são reflexões nas aulas de arte da professora Meriane Coelho Silveira Otero, 46 anos, que há 20 anos estimula a visão crítica dos alunos por meio da análise de pinturas.

Os preferidos das crianças do 1ª ao 5º ano do ensino fundamental são as obras que

abusam das cores. Por isso, na lista estão Amandos Sell, o também joinvilense Juarez Machado, Tarsila do Amaral e Romero Britto.

Por meio dessas pinturas, a professora Meri trabalha temas sociais como política, economia e comportamento. “Temos que analisar a obra, temos que questionar o contexto em que ela foi criada. Se a criança sempre seguir por esse caminho, o de questionar as coisas, será uma pessoa bem resolvida”, acredita a professora.

E segundo Meri, as crianças das escolas onde atua – a Hans Müller, do Glória, a Padre Carlos, do Vila Nova, e a Professor Bernardo Tank, também no Vila Nova, participam com entusiasmo da proposta. “O mais importante é que elas levam isso para casa. Espero que elas conversem com os pais e passem adiante a mensagem”, ressalta.

Mas não é só por meio de aná-

lises que a criatividade e o posicionamento crítico dessas crianças são estimulados. Os alunos também colocam a mão na massa. Na última semana, por exemplo, os alunos do 2º ano da Escola Hans Müller fizeram máscaras de Carnaval. “Junto com este assunto, conversamos sobre os cuidados e perigos durante o Carnaval”, diz.

No Natal do ano passado, os pequenos também refletiram sobre o tema. “Analisamos várias imagens de jornais e revistas e discutimos sobre como poderíamos melhorar esta realidade. Então eles pediram como presente sentimentos que poderiam transformar as pessoas”, diz Meri. Para isso, eles fizeram caixas de presente – embalagem de remédio – representando o que eles desejavam: amor, felicidade, saúde e paz. “É apaixonante falar sobre arte durante o aprendizado”, afirma.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 24/02/12
Assunto: Educação municipal – Fiscalização para evitar salas lotadas		Página: 13

Educação Fiscalização para evitar salas lotadas

Se depender da fiscal da Vigilância Sanitária Lia Abreu, o tempo das salas de aula lotadas acabou nas redes de ensino de Joinville. Ontem, ela deu início a uma série de fiscalizações pelas escolas da cidade, principalmente às municipais, contra as quais tem recebido denúncia de excesso de alunos por turma. A primeira a passar pela vistoria foi a Saul Sant'Anna de Oliveira Dias, no João Costa, que foi reprovada.

Segundo a fiscal, havia turmas de até 42 alunos, quando o que determina a lei são 25 estudantes para os primeiros anos, 30 do segundo ao quinto ano e 35 do sexto ao nono ano. A escola tem cinco dias para se adequar. Os 80 alunos a mais terão de ser remanejados. Caso a decisão não seja cumprida, Lia adiantou que poderá denunciar para a Promotoria da Infância e Adolescência, baseada na lei complementar estadual 170/1998.

O secretário municipal de Educação, Marcos Fernandes, diz que já acompanhava o caso da escola. Segundo ele, a explicação para o problema é a migração de alunos da rede estadual por causa das interdições. Em 2011, diz ele, a escola tinha média de 17 alunos por turma e agora saltou para acima do permitido. A solução do problema não foi divulgada, mas medidas estão sendo avaliadas pela secretaria e pela direção da escola.

O secretário admitiu que pode haver situações semelhantes em outras unidades. Mas que o problema poderá ser constatado apenas a partir de março, quando terminam as matrículas em atraso. A partir de então, a secretaria terá condições de averiguar as necessidades de desmembramento de turmas e de contratação de professores.